

# Repertórios de ação coletiva utilizados na construção de uma política de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul/RS

Carlos Stavizki Junior<sup>1</sup>

Marco André Cadoná<sup>2</sup>

---

## Resumo

Nas últimas décadas o suicídio se tornou uma das principais causas de morte no planeta, com expressões distintas entre os países e regiões. Na região no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, este fenômeno está entre as três principais causas de morte externa, sendo atualmente uma das regiões com as maiores taxas de suicídio do país. Diante disso, a prevenção ao suicídio vem ganhando força dentro das agendas de políticas públicas, apesar das contradições que dificultam o avanço desta pauta nos programas dos governos municipais da região. Neste estudo, apresenta-se uma análise histórica das experiências de construção política em torno da prevenção ao suicídio, destacando os Repertórios de Ação Coletiva utilizados no município de Santa Cruz do Sul. Realizou-se uma pesquisa qualitativa com sujeitos envolvidos com a construção desta política pública e análise documental dos principais eventos relacionados aos objeto de estudo. Conclui-se que a organização política dos sujeitos envolvidos com esta demanda, a partir da criação de um Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio, bem como a realização de campanhas de prevenção, são repertórios de ação relevantes na construção de uma política pública.

**Palavras-Chave:** Política Pública. Suicídio. Prevenção. Repertórios de Ação Coletiva.

## Repertories of collective action used in the construction of a suicide prevention policy in the municipality of Santa Cruz do Sul/RS

### Abstract

*In recent decades suicide has become one of the leading causes of death on the planet, with distinct expressions among countries and regions. In the Rio Pardo Valley region, in Rio Grande do Sul, this phenomenon is among the three main external causes of death and is currently one of the regions with the highest suicide rates in the country. In view of this, suicide prevention has been gaining strength within the public policy agendas, despite the contradictions that hinder the advancement of this agenda in the programs of municipal governments in the region. In this study, we present a historical analysis of the experiences of political construction around suicide prevention, highlighting the Repertoires of Collective Action used in the municipality of Santa Cruz do Sul. Qualitative research was conducted with subjects involved with the construction of this public policy and documentary analysis of the main events related to the object of study. We conclude that the political organization of the individuals involved with this demand, through the creation of a Municipal Committee for Suicide Prevention, as well as prevention campaigns, are relevant repertoires of action in the construction of a public policy.*

**Keywords:** Public Policy. Suicide. Prevention. Repertoires for Collective Action.

## 1 Introdução

O presente trabalho é resultado de um processo investigativo sobre os Repertórios de Ação Coletiva de sujeitos envolvidos com a construção de uma política pública de prevenção ao

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC (PPGDR/UNISC). Bolsista CAPES. E-mail: [carlos\\_stavizki@hotmail.com](mailto:carlos_stavizki@hotmail.com) <http://orcid.org/0000-0003-3358-3380>

<sup>2</sup> Doutorado em Sociologia Política (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). [mcadona@unisc.br](mailto:mcadona@unisc.br) <http://orcid.org/0000-0003-1580-5234>

suicídio no município de Santa Cruz do Sul/RS. Trata-se de um estudo que analisa como as oportunidades e ameaças políticas decorrentes da construção das políticas públicas definem e/ou redefinem a escolha dos repertórios, considerando o contexto e as implicações materiais do confronto político. O período de análise envolveu um momento importante para a construção de políticas de prevenção ao suicídio no Brasil, contemplando os principais eventos ligados à temática.

A partir do conceito de Repertórios de Ação, este estudo traz uma análise crítica sobre a historicidade que deu origem à formação do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul (CMPS) — principal espaço de discussão e formulação de estratégias de prevenção no município a partir de sua criação, em 2015. Este Comitê expressa uma das principais formas de ação coletiva dentro do processo histórico de formulação de uma política de prevenção ao suicídio no território e reúne, entre seus membros e participantes, sujeitos engajados nesta tarefa. Trata-se de um espaço que reúne as principais instituições, serviços públicos e entidades da sociedade civil envolvidas com o trabalho de prevenção ao suicídio no município. O Comitê se configura como um coletivo de pessoas empenhadas em compreender as determinações do fenômeno e mobilizar recursos para construção e implementação de uma política pública de prevenção ao suicídio.

A partir desse espaço são analisados os Repertórios de Ação dos sujeitos, destacando as particularidades que envolvem o debate público sobre o suicídio, bem como algumas das oportunidades e ameaças políticas envolvidas com a temática. Esta discussão faz parte de um estudo ampliado sobre os Repertórios de Ação e a construção de Políticas Públicas, apresentado na forma de Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). Seus resultados e conclusões estão sustentados por uma pesquisa qualitativa realizada com sujeitos envolvidos com a prevenção ao suicídio no município e com a análise documental dos principais eventos relacionados ao processo de construção de uma política de prevenção ao suicídio no município.

O artigo está organizado em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte discute-se brevemente sobre o fenômeno do suicídio no território, demonstrando a relevância do tema em uma perspectiva histórica. A análise dos dados relacionados as taxas de mortalidade e de tentativas de suicídio justificam a construção de uma política pública e permite ao leitor compreender a dimensão deste fenômeno no território. Na terceira parte apresenta-se o processo histórico de construção desta pauta no município, com destaque para a criação do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul e suas principais atividades,

entre 2015 e 2020. A quarta parte demonstra quais foram os repertórios de ação utilizados neste período, demonstrando a relação entre as oportunidades e ameaças políticas e como elas influenciam na escolha dos Repertórios de Ação dos sujeitos. Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais do estudo e suas conclusões.

## **2 Investigando o fenômeno do suicídio no município de Santa Cruz do Sul**

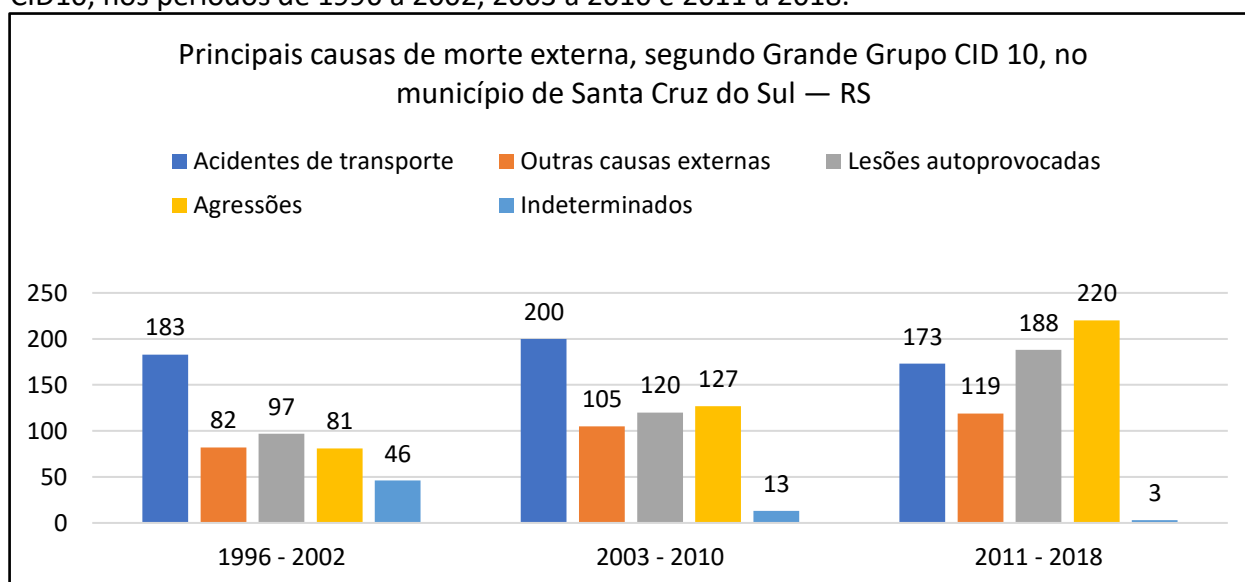
A principal forma de analisar o fenômeno do suicídio em um território é através de sua incidência, baseada em dados epidemiológicos e de mortalidade, os quais quantificam a relação entre população e número de casos relacionados ao suicídio, em determinado período. Para este estudo, realizou-se um levantamento atualizado sobre os índices de suicídio no município, utilizando dados extraídos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e Sistema de Informações de Saúde (TABNET), disponíveis no Banco de Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Entretanto, as informações relacionadas a “violência autoprovocada” e “óbitos por lesão autoprovocada”, utilizadas para registro das tentativas de suicídio e suicídios, tiveram sua última atualização oficial em 2019, limitando esta análise aos dados até 2018. Estas informações estão organizadas em gráficos e tabelas, construídos a partir de recursos do Software Microsoft Excel®

Os dados referentes a mortes por causas externas (não consideradas como mortes naturais), classificados por “Grande Grupo CID 10”, mostram que as mortes por lesão autoprovocada representam cerca de 23% das mortes externas ocorridas em Santa Cruz do Sul, entre 1996 e 2018. Esta porcentagem coloca o suicídio como a terceira principal causa de morte externa no município, atrás apenas de “acidentes de transporte” (31%) e “agressões” (24%). Analisando os mesmos dados em períodos diferentes, percebe-se que o suicídio foi a segunda causa de morte externa entre 1996 e 2002 e entre 2011 e 2018, superando, no último período, as mortes causadas por acidentes de transporte. Sobre isso, deve-se considerar que as mortes autoprovocadas sofrem com a subnotificação, causada, em partes, pela dificuldade em identificar as motivações de certas mortes violentas, como quedas, envenenamentos e até mesmo acidentes automobilísticos. Feito esta ressalta, observa-se no gráfico a seguir a comparação entre as principais causas de mortes externas no município de Santa Cruz do Sul.

O gráfico 1 demonstra a prevalência das lesões autoprovocadas como uma das principais

causas de óbito no município e seu crescimento exponencial com o passar do tempo. Cabe ressaltar que, a partir de 2011, houve mudanças no modelo de declaração de óbito no Brasil, incluindo elementos que detalhavam com maior rigor as causas e circunstâncias da morte. Por este motivo, optou-se por apresentar os dados de forma temporalizada, evidenciando que após 2011 as mortes por suicídio passam a ser registradas com maior critério, o que explica, em parte, o aumento substancial destas mortes no último período. Além disso, sabe-se que algumas mortes classificadas como “causas externas” (quedas, afogamentos, envenenamento, entre outras) podem estar associadas a tentativas de suicídio, assim como o uso abusivo de álcool, entorpecentes, medicamentos, entre outros (ALMEIDA et al., 2015, p. 521).

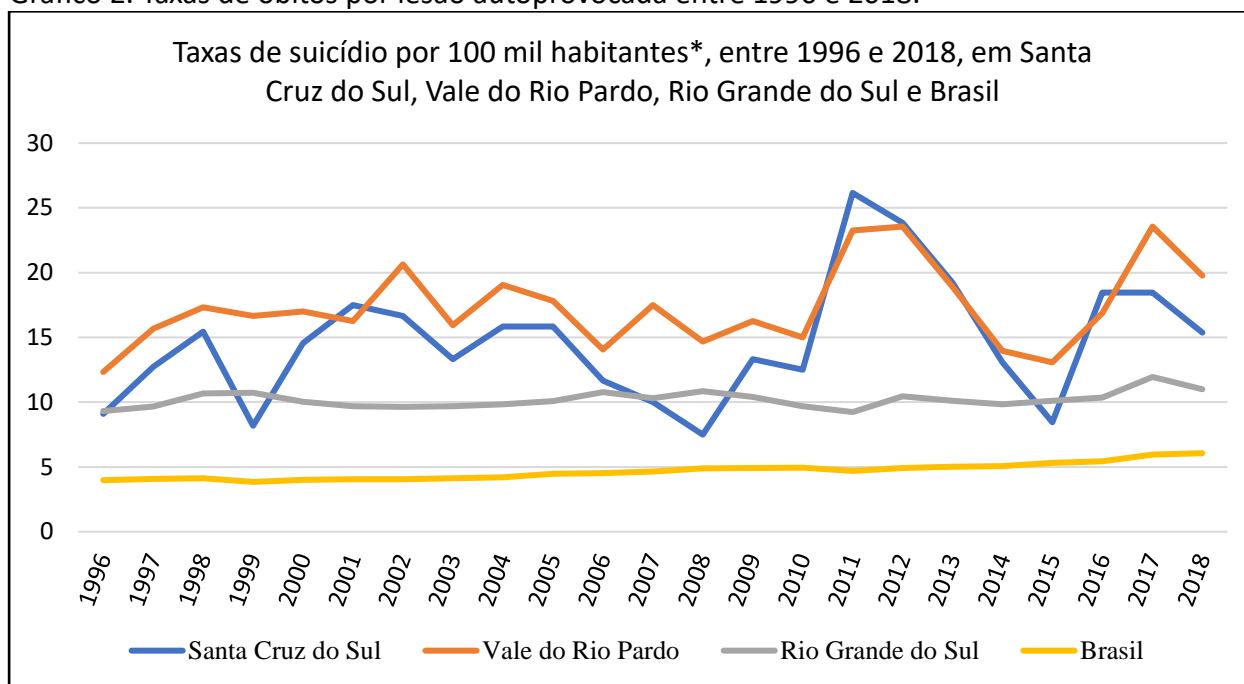
Gráfico 1. Principais causas de morte externa em Santa Cruz do Sul, segundo o Grande Grupo CID10, nos períodos de 1996 a 2002, 2003 a 2010 e 2011 a 2018.



Fonte: SIM-DATASUS, 2020. Organizado pelos autores.

Este dado evidencia a relevância da discussão do fenômeno do suicídio no município de Santa Cruz do Sul, especialmente por se tratar de uma morte evitável e que historicamente esteve entre as principais causas de óbito no território. No entanto, este fenômeno não está relacionado exclusivamente com o município, mas a todo o contexto regional do Vale do Rio Pardo. Ao analisar os dados de mortalidade entre 1996 e 2018, percebe-se uma relação intrínseca entre os dados de Santa Cruz do Sul e do conjunto de municípios que compõe a região. Percebe-se que os dados locais e regionais, analisados conjuntamente a série histórica e em comparação com outras escalas territoriais, demonstram a influência do município nos índices da região. O gráfico a seguir apresenta um comparativo, através do modelo de linha, das taxas de suicídio por 100 mil habitantes registradas em Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul e Brasil.

Gráfico 2. Taxas de óbitos por lesão autoprovocada entre 1996 e 2018.



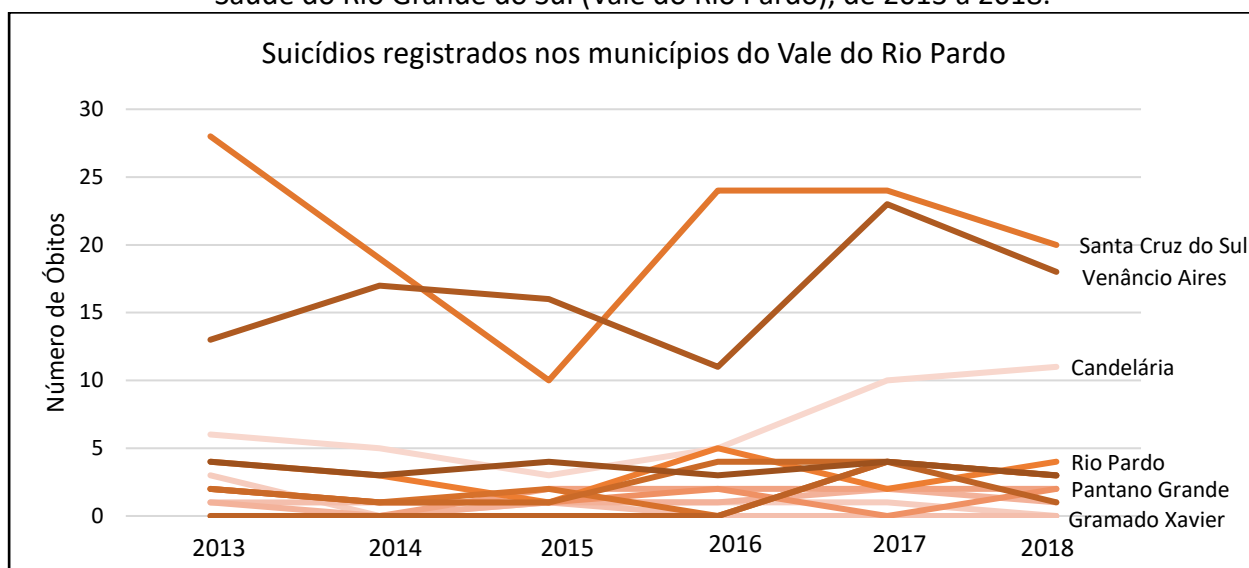
Fonte: Censo IBGE 1990;2000;2010. SINAN/SIM-DATASUS, 2020. Organizado pelos autores.

\*Para calcular as taxas de suicídio, utilizou-se a fórmula: nº de óbitos X 100.000 / nº de habitantes, nos períodos de 1990, 2000, 2010 e 2018 (estimativa IBGE).

Neste gráfico 2, nota-se a disparidade entre as taxas de mortalidade nacional e estadual, em relação a região e ao município. Percebe-se que a taxa nacional e estadual, apesar da diferença expressiva de seus valores em todo o período analisado, mantém certa estabilidade em seus índices e uma tendência de crescimento modesta. Ambos registram um crescimento de 1% a 3% na relação anual e poucas oscilações durante o período histórico. Em oposição, a Região do Vale do Rio Pardo e o município de Santa Cruz do Sul apresentam oscilações significativas de seus dados, com curtos períodos de estabilidade e uma tendência significativa de crescimento. Além disso, nota-se que certos períodos de oscilação coincidem entre si, com “picos” de mortalidade similares na região e no município. Uma explicação para este fenômeno é a própria relevância dos dados de Santa Cruz do Sul para a região, especialmente por ser o município com maior número de habitantes e de óbitos por suicídio.

No entanto, a grande maioria dos municípios que compõe a região do Vale do Rio Pardo não possuem índices expressivos de suicídio. Alguns, inclusive, mantêm a taxa em zero, como no caso de Herveiras e Gramado Xavier. Em um comparativo do número absoluto de mortes, registrados entre 2013 e 2018 na região, nota-se que os maiores responsáveis pelas altas taxas da região são os municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária. O gráfico a seguir sintetiza isto, a partir de um comparativo em linha do número de mortes autoprovocadas.

Gráfico 3. Número absoluto de óbitos por lesão autoprovocada nos municípios da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul (Vale do Rio Pardo), de 2013 a 2018.



Fonte: SINAN/SIM-DATASUS, 2020. Organizado pelos autores.

Neste gráfico 3, evidencia-se a relevância dos índices de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Candelária para as elevadas taxas de suicídio da região e a relação entre os períodos de queda e crescimento do número de mortes. Optou-se por analisar os casos a partir de 2013, pois alguns municípios não mantinham o registro de suicídio em períodos anteriores. Além disso, entende-se que a análise do número de mortes não é adequada para o comparativo entre municípios. Para isso, apresenta-se na tabela a seguir as taxas de suicídio e tentativas de suicídio em relação a população dos treze municípios da região, segundo dados de 2018.

Tabela 1. Taxas de suicídio e tentativas de suicídio (TS) por 100 mil habitantes nos municípios da 28ª Região de Saúde (Vale do Rio Pardo), em 2018.

Município	TS	Suicídio	População (Censo 2010)	Taxa TS	Taxa Suicídio
Candelária	56	11	31.475	177,92	34,9
Gramado Xavier	1	0	4.216	23,72	0
Herveiras	4	0	3.065	130,51	0
Mato Leitão	6	1	4.201	142,82	23
Pantano Grande	11	2	9.931	110,76	20,1
Passo do Sobrado	2	2	6.375	31,37	31
Rio Pardo	41	4	38.935	105,30	10,2
Santa Cruz do Sul	160	20	126.082	126,90	15,8
Sinimbu	12	3	10.402	115,36	28,8
Vale do Sol	2	3	11.650	17,17	25,7
Vale Verde	1	1	3.434	29,12	29,1
Venâncio Aires	122	18	69.861	174,63	25,7
Vera Cruz	22	3	25.700	85,60	11,6
<b>Total Vale do Rio Pardo</b>	<b>440</b>	<b>68</b>	<b>345.327</b>	<b>127,42</b>	<b>19,6</b>

Fonte: SINAN/SIM-DATASUS, 2020. Organizado pelos autores.

Na relação entre taxas de suicídio, Santa Cruz do Sul aparece com uma taxa de mortes por 100 mil habitantes menor do que a média regional, 15,8/100 mil e 19,6/100 mil respectivamente, em 2018. Nota-se, ainda, que a maioria dos municípios possui uma taxa superior à média regional e do estado. Contudo, apesar das taxas de suicídio serem elevadas, o número de mortes é pequeno, o que pode causar interpretações equivocadas se analisados isoladamente ou sem um comparativo equivalente. Em municípios com populações menores que 5 mil habitantes, por exemplo, uma única morte pode representar taxas superiores à 20/100 mil, sendo necessário um comparativo histórico para perceber tendências. Além disso, a subnotificação de casos de suicídio na região é um problema ainda presente e que carece de investimentos públicos para sua superação (DIANI, 2015; CEVS/RS, 2018).

Com o avanço e aperfeiçoamento dos mecanismos de informação do Sistema Único de Saúde, as subnotificações relacionadas às mortes por suicídio diminuíram e evidenciaram a frequência com que este tipo de morte ocorre na região e no município. Contudo, as subnotificações em relação as tentativas de suicídio ainda são presentes e dificultam o acesso e acompanhamento de pacientes com ideação suicida. Ademais, a frequência com que o fenômeno ocorre nos municípios mais populosos da região, a exemplo de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, demonstram a relevância desta problemática para o contexto regional.

Diante disso, compreende-se que a região do Vale do Rio Pardo e o município de Santa Cruz do Sul possuem uma das maiores taxas de suicídio do país e que este fenômeno se expressa não apenas nos índices, mas nas próprias determinações do território, que enfrenta, a pelo menos duas décadas, uma alta incidência de mortes autoprovocadas entre sua população. As diferentes determinações do fenômeno do suicídio no território e sua incidência justificam a intervenção do Poder Público nesta problemática. Contudo, até hoje, não foi implementada uma política pública específica para a prevenção ao suicídio, seja no âmbito municipal ou regional.

### **3 Os caminhos que resultaram na formação do comitê municipal de prevenção ao suicídio**

A relevância da problemática do suicídio no município de Santa Cruz do Sul e na região do Vale do Rio Pardo decorre, como apresentado, a mais de 20 anos, sendo uma das regiões com maior incidência do agravo no estado e no país. Entretanto, os primeiros registros sobre discussões políticas do tema na região datam do ano de 2006 — concomitante à criação e divulgação das Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio (Portaria nº 1.876, de 14 de

agosto de 2006). A partir do lançamento destas Diretrizes no Rio Grande do Sul que iniciou a construção de uma agenda política em torno da prevenção ao suicídio no município.

A publicização das Diretrizes Nacionais ocorreu durante o I Seminário Nacional de Prevenção ao Suicídio do Brasil, realizado na cidade de Porto Alegre/RS, em agosto de 2006. O Seminário teve a participação de mais de 400 pessoas, entre profissionais da saúde, pesquisadores, gestores e militantes ligados à prevenção ao suicídio, além da transmissão simultânea para cerca de 1.300 internautas (BRASIL, 2007, p. 56). Durante o Seminário, foram lançados ainda o “Manual de Prevenção do Suicídio para Profissionais das Equipes de Saúde Mental” e as “Referências Bibliográficas Comentadas sobre Suicídio, Sobreviventes e Família”, além de um DVD com o registro do evento (BRASIL, 2007).

A realização do I Seminário Nacional sobre Prevenção ao Suicídio marca o início de uma jornada que traria protagonismo para o debate sobre o suicídio no país, criando as oportunidades políticas para a implementação de uma política pública nacional. No entanto, as Diretrizes Nacionais para Prevenção ao Suicídio limitaram-se a ser um guia para profissionais e serviços de saúde mental, embutidas dentro da Política Nacional de Saúde (PNS). Apesar disso, as Diretrizes possibilitou o avanço do debate público sobre o tema e abriu caminho para a construção de políticas públicas locais. Um exemplo foi à criação do Programa de Promoção à Vida e Prevenção ao Suicídio (PPS) do município de Candelária/RS, na região do Vale do Rio Pardo, no ano de 2009. Na época, Candelária possuía uma das maiores taxas de suicídio do país e não possuía nenhum serviço especializado para atendimento de casos de ideação suicida e familiares de vítimas.

Neste contexto, o PPS priorizou a capacitação de profissionais da Atenção Básica em Saúde do município a identificar e registrar casos com risco de suicídio e, a partir deste reconhecimento, encaminhar estes pacientes para acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O PPS teve grande êxito no objetivo de diminuir os índices de suicídio do município, reduzindo para zero o número de óbitos em pacientes encaminhados aos serviços de saúde mental, nos dois primeiros anos do Programa (CONTE et al., 2012). Entretanto, o Programa foi encerrado em 2012, sem possuir um substituto equivalente. Apesar disso, o PPS foi capaz de implementar protocolos utilizados até hoje pelos profissionais de saúde do município, como o encaminhamento imediato dos casos de tentativa de suicídio ao CAPS (CONTE et al., 2012, p. 2022).

A experiência do PPS de Candelária/RS repercutiu entre os municípios do Vale do Rio Pardo, especialmente entre os profissionais da saúde mental. Em 2011, trabalhadores da saúde preocupados com o aumento de casos de suicídio em Santa Cruz do Sul, juntamente com a



Comissão de Saúde Mental do município, apresentaram ao governo um esboço de proposta para criação de uma Política Municipal de Prevenção ao Suicídio. No entanto, a proposta não conquistou o apoio político necessário para sua implementação.

Mais tarde, em 2015, a temática sobre “prevenção ao suicídio” ganhou destaque nas mídias locais e regionais, tendo novamente a chance de conquistar espaço na agenda governamental, após a realização da primeira campanha “Setembro Amarelo” em Santa Cruz do Sul. A campanha, que visava conscientizar governos, instituições de saúde e a sociedade em geral, teve a adesão da administração pública, que promoveu a distribuição de “lacinhas amarelas” e cartazes da campanha, que foram fixados dentro de ônibus do transporte público municipal (GAZETA DO SUL, 2015).

A campanha “Setembro Amarelo” trouxe o tema para dentro do debate público, mesmo que de forma pontual, o que ampliou o debate público sobre a problemática do suicídio, sobretudo entre profissionais da área da saúde. Foi a partir desta campanha — organizada e promovida pela Comissão Municipal de Saúde Mental e Coordenação de Saúde Mental da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde do RS — que se propôs à criação do **Comitê Municipal de Prevenção do Suicídio de Santa Cruz do Sul (CMPS)**. Esse Comitê nasce com o objetivo de elaborar um plano municipal para prevenção ao suicídio, sendo formado por profissionais de diferentes serviços ligados a problemática do suicídio.

Já em sua primeira configuração, o CMPS reuniu representantes das seguintes instituições e serviços do município: Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul (SMS); Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Cruz do Sul (SMEC); 6ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul (6ª CRE); Hospital Santa Cruz (HSC); Hospital Ana Nery (HAN); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS); Centro de Atenção Psicossocial de Santa Cruz do Sul (CAPS II); Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD III); Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSIA); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Serviço de Vigilância Epidemiológica de Santa Cruz do Sul; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Centro de Valorização da Vida (CVV); e Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Todas as instituições supracitadas permanecem como membras efetivas do Comitê Municipal.

Entende-se que a composição do CMPS contempla o conjunto de entidades e instituições que, direta ou indiretamente, lidam com a problemática do suicídio: no caso dos CAPS’s e Hospitais, no atendimento direto às vítimas; no caso do CEREST e do STR, na relação com o trabalho; no caso da UNISC e da Vigilância Epidemiológica, na produção de dados e informações;

no caso da CVV, EMATER, SMEC e 6ª CRE, na promoção de ações preventivas. Além da potência destas representações, a relação destas instituições traz legitimidade para a atuação do Comitê, que a partir de seus membros é capaz de atuar como um divulgador de informações no território.

Por não ter um caráter deliberativo, o Comitê surge como um espaço de discussão sobre o fenômeno do suicídio nos diferentes espaços da sociedade, tendo a potencialidade para propor ações ou um plano de prevenção ao Poder Público. Além disso, a proximidade do Comitê com a gestão municipal — sendo que parte das instituições membras compõe a administração pública e os sujeitos envolvidos são servidores municipais — cria oportunidades de diálogo direto entre o Comitê e os órgãos deliberativos, como o Conselho de Saúde e as Secretarias de Governo.

Esta proximidade permitiu que o Comitê se estabelecesse como um espaço “oficial” de discussão sobre o suicídio no município. A partir disso, se iniciou um processo de solidificação deste grupo e de formação de seus membros, que passaram a se reunir mensalmente, com pautas pré-definidas, registro em ata de reunião e escolha de uma mesa dirigente (coordenador/a e secretário/a) do Comitê. A formalidade atribuída aos encontros e à própria escolha de um dirigente, substituiu (em partes) a necessidade de institucionalização formal deste espaço. Entretanto, nos anos seguintes este tema viria ser um dos principais objetivos do CMPS.

Em 2016, o Comitê assumiu a tarefa de organizar a campanha “Setembro Amarelo” no município, com o apoio de suas instituições membras. Promoveu, durante todo o mês de setembro, uma série de ações voltadas à prevenção do suicídio, como: palestras em escolas, participação em Seminários, rodas de conversa nos serviços de saúde, distribuição de panfletos e cartazes em locais públicos e a elaboração e exposição de uma faixa da campanha, em uma das principais praças de Santa Cruz do Sul. A imagem a seguir apresenta membros do Comitê e profissionais do CEREST/Vales participando da primeira campanha “Setembro Amarelo” planejada e protagonizada pelo Comitê Municipal de Prevenção do Suicídio.

Esta campanha foi financiada com recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, o que demonstrava uma abertura política real para a temática da prevenção ao suicídio e qualificava o CMPS como um ator político relevante na construção de uma agenda política voltada ao enfrentamento do suicídio no território. Neste sentido, a campanha “Setembro Amarelo” de 2016 marca um passo importante na construção de uma política municipal de prevenção ao suicídio em Santa Cruz do Sul. Além disso, através desta campanha, o Comitê promoveu uma série de encontros para formação e qualificação de profissionais da saúde do município, com palestras sobre fatores de risco para o suicídio e formas de prevenção, entre outros temas.

Figura 1. Campanha “Setembro Amarelo” realizada na praça Getúlio Vargas, no centro de Santa Cruz do Sul, no dia 10 de setembro de 2016.



Fonte: CEREST/Vales, 2016.

Em 2017, o Comitê manteve a tarefa de organizar uma agenda de atividades alusivas ao “Setembro Amarelo”, com atividades similares e complementares ao ano anterior. Neste mesmo ano, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o Programa de Residência Multiprofissional do HSC passaram a ter representação no CMPS. Além disso, em setembro de 2017 ocorreu um encontro promovido pelo Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), 13ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) e Escola de Saúde Pública (ESP).

Naquele encontro foram apresentados os dados epidemiológicos do suicídio no estado e no Vale do Rio Pardo, com destaque para o aumento de casos de violência autoprovocada entre escolares<sup>1</sup>. No mesmo evento, foi realizado uma capacitação para preenchimento de formulários de notificação de casos de violência e divulgação do Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio (CEPS/RS)<sup>2</sup>.

No ano seguinte, em 2018, às campanhas de prevenção ao suicídio foram expandidas para as áreas rurais, impulsionadas pela ação de sujeitos ligados à EMATER e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Além desta expansão das ações para as áreas interioranas do município, os membros do CMPS dedicaram-se a elaboração de seu Regimento

<sup>1</sup> Na época, o jogo “Baleia Azul” estava em destaque na mídia local, devido a casos de automutilação entre adolescentes registrados nos serviços de saúde e relacionados ao jogo. A referência preocupava, especialmente, pois o termo estava associado a uma série de suicídio de jovens em diversos países.

<sup>2</sup> O CEPS/RS foi instituído pelo Decreto Estadual nº 53.361, de 22 de dezembro de 2016, contando com a representação das seguintes entidades: Secretaria Estadual de Saúde; de Segurança Pública; de Comunicação; do Trabalho e do Desenvolvimento Social, Justiça e Direitos Humanos; Polícia Federal; ONG’s (CVV, Cruz Vermelha e outras); e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/RS (SES/RS, 2017).

Interno, esboçado em 2016. Neste regimento, optou-se por vincular o Comitê à Secretaria Municipal de Saúde e se estabelecer como um espaço de referência técnica para à prevenção ao suicídio no território, a partir de uma estrutura organizativa democrática e participativa. A versão final do Regimento foi enviada em 2018 para apreciação da gestão municipal, porém, até hoje, não houve um avanço no processo de institucionalização do Comitê Municipal.

Concomitante ao trabalho realizado nas áreas rurais e ao envio do Regimento Interno ao Governo Municipal, o Comitê intensificou sua presença nas escolas estaduais e municipais através de palestras realizadas em parceria com as instituições, como: CAPSIA, CEREST, HSC e CVV. Através destes eventos, criaram-se canais de comunicação entre o Comitê e outros espaços de cuidado, como os ESFs e as escolas, fazendo com que as estratégias de prevenção ao suicídio fossem compartilhadas com maior eficácia. Além disso, a realização de atividades em diferentes meses do ano, criou um certo distanciamento do Comitê em relação à ideia de replicador da campanha “Setembro Amarelo” no município.

Ainda em 2018, ocorreu no município um encontro entre secretários de governo, gestores de serviço e trabalhadores da saúde mental da região, promovido pelo CEPS/RS, CEVS/RS e 13ª CRS, realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Aquele encontro foi realizado em dois turnos, sendo o primeiro dedicado à apresentação dos resultados parciais da pesquisa realizada pelo Observatório de Análise da Situação do Suicídio no Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde<sup>3</sup>. Naquele evento, foram apresentados os dados epidemiológico sobre suicídio no estado, demonstrando uma tendência de aumento dos casos, sobretudo na região do Vale do Rio Pardo (CEVS, 2018).

O segundo turno do encontro foi dedicado à construção de eixos de intervenção que viriam a ser incluídos no Plano Estadual de Prevenção ao Suicídio. Para isso, os participantes foram divididos em grupos, de forma paritária entre os municípios, para construir propostas de ação para os seguintes eixos do Plano: Promoção de Saúde e Prevenção ao Suicídio; Atenção e Estratégias; Vigilância em Saúde; Educação Permanente; e Gestão. As propostas foram levadas para apreciação do governo estadual, contudo, até o momento, o Plano Estadual de Prevenção ao Suicídio não foi apresentado aos gaúchos.

Em 2019, o Comitê manteve uma agenda de encontros voltadas à prevenção do suicídio

---

<sup>3</sup> “O Observatório de Análise de Situação do Suicídio tem por objetivos garantir a realização de uma vigilância ativa e qualitativa e produzir conhecimento e condições para o aperfeiçoamento da atenção à saúde dos usuários em situação de risco para o suicídio (ideias de morte, ideação suicida, plano, tentativa de suicídio e suicídio consumado) e seus familiares ou sobreviventes”. (Portaria SES/RS nº 678, de 09 de julho de 2018, p. 1).

durante todo o ano, através de palestras e rodas de conversa em escolas e grupos de usuários dos serviços de saúde. Além disso, foi realizado no município o 1º Seminário Regional de Promoção da Vida e Prevenção ao Suicídio, promovido pela 13ª CRS. Este Seminário, que contou com a presença de políticos, gestores, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e municípios da região, teve como objetivo a troca de experiências sobre prevenção ao suicídio na região e a qualificação das notificações de casos de violência autoprovocada. Durante o Seminário, o Comitê apresentou as ações de prevenção desenvolvidas no município.

Figura 2. Seminário Regional de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, promovido pela 13ª CRS, realizado de Santa Cruz do Sul, em 2019.



Fonte: Comitê Municipal de Prevenção do Suicídio de Santa Cruz do Sul, 2019.

Destaca-se que, em 2019, o CMPS elaborou, a pedido da 13ª CRS e segundo orientações da Secretaria Estadual de Saúde, a primeira versão do “Plano Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul”. O referido Plano, que propõe ações integradas entre o Poder Público, Empresas, Mídia, Instituições de Ensino, Igrejas, ONG’s e a Sociedade Civil, foi construído ao longo do ano e apresentado, em setembro de 2019, à Secretaria Municipal de Saúde e à Coordenação de Saúde Mental da 13ª CRS, em reunião com representantes dos municípios do Vale do Rio Pardo. Entretanto, após a apresentação do Plano, não houve qualquer movimento para discussão ou ajuste das propostas, tampouco para sua implementação.

Em 2020, com as restrições causadas pela pandemia de COVID-19, as ações externas do Comitê foram interrompidas. As reuniões seguem acontecendo de forma virtual, tendo como foco a discussão da problemática do suicídio no contexto de pandemia, o levantamento de dados epidemiológicos no município e a divulgação de materiais de apoio nas redes sociais. Destaca-se

que, desde 2016, o CMPS mantém uma página na plataforma do Facebook®, onde divulga fotos e campanhas relacionadas a temática do suicídio. Ao longo do ano, o Comitê vem utilizando o ambiente virtual para divulgação de orientações ao público sobre cuidados em saúde mental, dicas de como lidar com o isolamento social e divulgados os serviços de saúde mental do município. Ademais, durante o ano de 2020 foram incluídos ao Comitê representações do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e do Ambulatório do Idoso. A inclusão destas instituições surge da necessidade de expandir a prevenção para a população idosa, devido ao alto índice de suicídios e tentativas de suicídio entre idosos no município (SIM/DATASUS, 2020).

A trajetória relatada até aqui apresenta o processo histórico de construção da política de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul, a partir de um recorte temporal entre 2006 e 2020. Compreende-se que outros acontecimentos e/ou fatos poderiam ser trazidos para complementar este debate, considerando a gama de determinações que envolvem um período de 14 anos, especialmente se tratando de uma temática complexa, como é o caso da prevenção ao suicídio. Priorizou-se a apresentação de eventos que remontam (em parte) a trajetória do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul e suas iniciativas em prol da construção de uma política de prevenção ao suicídio no âmbito municipal.

No entanto, ressalta-se que os caminhos que resultaram na formação do CMPS e suas principais ações simbolizam uma jornada de construção política e de disputa por espaço dentro das agendas de governo. Soma-se a isso o fato desta disputa ocorrer dentro de um município que historicamente possui altos índices de mortalidade por suicídio, e que, até hoje, não possui uma política pública específica para enfrentamento desta problemática. A criação de uma Política de Prevenção ao Suicídio para Santa Cruz do Sul é uma tarefa emergente e segue como um dos principais objetivos do Comitê Municipal e de seus membros.

#### **4 Oportunidades políticas e repertórios de ação na construção de uma política de prevenção ao suicídio em Santa Cruz do Sul**

A experiência apresentada neste trabalho parte de um recorte empírico da realidade sobre a construção de políticas de prevenção ao suicídio no território de Santa Cruz do Sul, com considerações sobre este processo na escala regional e estadual, considerando o Vale do Rio Pardo e o Rio Grande do Sul, respectivamente. Ademais, traz em sua base teórica discussões que abarcam o processo de construção da pauta de prevenção ao suicídio no Brasil. Além disso, o

trabalho utiliza-se do conceito de Repertórios de Ação Coletiva para argumentar com os elementos extraídos da ação coletiva dos sujeitos envolvidos neste processo.

Para compreender as singularidades extraídas da análise destes repertórios, é necessário resgatar o conceito utilizado para definir “ação coletiva”, apresentada por Tilly (1981) como: "Toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confiam e aplicam recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns" (TILLY, 1981, p. 17). Esta definição traduz as determinações que envolvem a formação de coletivos e a ação política combativa, reativa ou propositiva, bem como os recursos materiais, imateriais e subjetivos. Aliado a este conceito, defende-se uma visão histórica sobre a ação coletiva e sobre o confronto político, definido por McAdam, Tarrow e Tilly (2009) da seguinte maneira:

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. **O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva.** (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 11-12, grifo nosso).

Esta é a definição mais atual do conceito, que passou por processos de autocrítica e complementação até chegar a definições que contemplassem a complexidade de se definir as diferentes formas de luta da humanidade. Porém, não há qualquer pretensão de sintetizar o confronto político ou a ação coletiva em conceitos imutáveis. Pelo contrário, o conceito de Repertório de Ação reage ao movimento dialético das ciências, aperfeiçoando suas conclusões à medida que novas categorias de análise se apresentam (ALONSO, 2009; 2012).

Segundo Alonso (2012), o conceito de repertório parte da ideia de que há um número limitado de opções para a ação coletiva, em determinado contexto e em diferentes períodos históricos. Por estar alicerçada na análise de longos períodos históricos, o conceito compreende que as mudanças nos repertórios ocorrem de forma lenta e limitada, sustentada por transformações do modelo de sociedade, subtraindo ações ineficazes e adicionando aos Repertórios as ações coletivas bem-sucedidas (ALONSO, 2012, p. 23). Neste sentido, compreende-se que os indivíduos são capazes de aprender um número limitado e reduzido de repertórios, compartilhadas durante a vida e/ou reproduzidas e ensinadas em momentos de confronto, reproduzindo, na grande maioria das vezes os Repertórios utilizados em outros confrontos (TILLY, 1978; McADAM; TARROW; TILLY, 2009; ALONSO, 2012).

Segundo Tilly (2008) entende-se que “os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre

eles e seus opositores” (TILLY, 2008, p. 24). Em outras palavras, os Repertórios de Ação Coletiva são aprendidos pelos sujeitos na prática do confronto político e na interação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo político. Na experiência de construção de uma política de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul, os sujeitos que reivindicam a implementação de uma política pública estão organizados coletivamente através do Comitê Municipal. Além do governo e seus atores políticos, estão envolvidos neste processo: a mídia, a academia, a sociedade civil, as empresas multinacionais presentes no território, entre outros.

Diante disso, entende-se que para analisar uma ação coletiva em menor escala (regionais, municipais, de bairro etc.), se faz necessário reconhecer as conexões entre esta ação coletiva e o processo histórico das lutas sociais do território. É a partir deste olhar que será possível identificar os repertórios da ação coletiva e as relações que formam a “textura cambiante dos movimentos sociais” (TILLY, 2010, p. 141). Aliás, compreende-se que é através da ação coletiva do CMPS — considerando o caso singular tratado neste trabalho — que os sujeitos encontram apoio para suas reivindicações. Com isso, pode-se verificar que os repertórios utilizados para a construção de uma política de prevenção ao suicídio em Santa Cruz do Sul carregam, em sua história, as relações estabelecidas durante a construção desta pauta nacionalmente.

Não por acaso, a pauta de prevenção ao suicídio está ligada à área da saúde mental, pois foi neste âmbito que se constituiu as primeiras políticas públicas nacionais voltadas ao tema, a exemplo das Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Suicídio. Ao perceber este movimento, é possível identificar as formas de luta que foram mais ou menos eficazes neste processo, da mesma forma com que é possível identificar os limites estabelecidos pelos Repertórios de Ação utilizados durante o confronto político. Além disso, a identificação desta ligação histórica entre prevenção ao suicídio e a Política Nacional de Saúde Mental, permite que se identifique as ameaças e oportunidades políticas presentes nestas relações.

Segundo Alonso (2009), as estruturas de oportunidades políticas possuem dimensões formais e informais, e podem abrir ou criar espaços para expressão de reivindicações dos grupos de interesse. Estas estruturas podem ser vistas tanto na relação do Estado com a sociedade (menor ou maior repressão), nos espaços de participação política (fóruns, conselhos etc.) e pela presença de aliados políticos (ALONSO, 2009, p. 54-55). Ao identificar quais as oportunidades políticas presentes no contexto do confronto, é possível identificar quais tendem a favorecer ou prejudicar o uso dos Repertórios de Ação coletiva. Em situações favoráveis, onde haja menor repressão do Estado ou que haja maior apoio dos aliados (mídia, atores políticos, movimentos sociais etc.), as reivindicações ganham força na disputa política. Em sentido oposto, as



oportunidades desfavoráveis tendem a prejudicar e até criminalizar os Repertórios de Ação dos grupos desfavorecidos (TARROW, 2005; ALONSO, 2009).

Entretanto, as oportunidades políticas se apresentam segundo determinações conjunturais e podem ou não serem percebidas pelos sujeitos ou coletivos envolvidos no confronto político. Ao analisar a história do Comitê Municipal e coletar informações que antecedem este processo, evidenciou-se períodos de maior abertura para a reivindicação de uma política de prevenção ao suicídio e momentos de retração desta pauta nas agendas de governo.

Entre 2006 e 2020, nota-se que as oportunidades políticas para reivindicar a criação de uma política pública coincidem com os processos de disputa eleitoral no território. De certa maneira, a relação entre as disputas governamentais e as estruturas de oportunidade política ligadas à pauta de prevenção ao suicídio se apresentam no âmbito local, regional, estadual e nacional. Em cada conquista ou construção significativa nos 14 anos analisados, percebe-se a intrínseca ligação entre as disputas eleitorais e a abertura das agendas de governo para esta problemática.

No mesmo sentido, nota-se que os Repertórios de Ação dos sujeitos envolvidos com a construção da pauta de prevenção ao suicídio no município se adaptam às diferentes conjunturas políticas. Em períodos de maior abertura das agendas de governo, como no caso dos anos eleitorais, percebe-se movimentos mais enfáticos e propositivos; enquanto nos outros períodos, os repertórios se voltam para a solidificação e aperfeiçoamento das ações e conquistas. Sobretudo na experiência de Santa Cruz do Sul, a criação de uma política de prevenção ao suicídio é trazida, de tempos em tempos, ao Poder Público como uma “proposta”, ficando a cargo dos governantes de cada período decidir sobre sua implementação.

Apesar disso, considera-se que a ação coletiva dos membros do CMPS foi capaz de avançar nesta reivindicação, especialmente pela escolha de seus Repertórios e percepção sobre as oportunidades e ameaças políticas a este processo. Pois, por se tratar de uma temática polêmica e que até hoje causa estranhamento em certos setores da sociedade, a prevenção ao suicídio inspira, ao mesmo tempo interesse e desinteresse político, sobretudo em Santa Cruz do Sul, onde a problemática possui uma conexão histórica com o território.

#### 4.1 A institucionalidade do comitê municipal como repertório de ação

A institucionalização do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul como um espaço formal, vinculado a estrutura do Poder Público e com respaldo jurídico legal

para sua atuação, é vista por seus membros como um dos principais Repertórios de Ação Coletiva. Desde 2015, quando foi criado, o CMPS busca legitimar sua atuação junto aos Governos, visando com isso conquistar credibilidade e recursos necessários para suas intervenções. Em diferentes momentos e contextos, a pauta sobre sua institucionalização foi apresentada aos Coordenadores Regionais e Municipais de Saúde Mental, Secretários de Governo e ao Conselho Municipal de Saúde. Contudo, até o momento, esta solicitação não conquistou força política suficiente para instituir o CMPS como parte da burocracia do Estado ou como espaço oficial dos poderes Executivo e Legislativo para deliberação de ações que visem a diminuição das taxas de suicídio no território.

Com apresentado neste trabalho, o Comitê Municipal se configura como um espaço de discussão sobre a problemática do suicídio no território, composta por trabalhadores da saúde, educação, assistência social, assistência técnica-rural, Sindicatos, ONG's e Universidade. Este grupo mantém reuniões periódica mensais, registro em ata, secretariado e uma coordenação/representante. Apesar de seguir o *modus operandi* de outros espaços de controle social, o Comitê não possui um regimento próprio, tampouco um decreto que defina suas atribuições, competências e estipule quais organizações possuem representação neste espaço. Além disso, não há qualquer jurisprudência para a atuação do Comitê como órgão de monitoramento dos casos de suicídio no município. O que existe, de fato, é uma relação institucional entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Coordenação Municipal de Saúde Mental, o Conselho Municipal de Saúde e os membros do CMPS, que garante (em partes) a continuidade e existência deste coletivo.

Os sujeitos que fazem parte do Comitê não possuem compromisso legal com as deliberações do grupo, tampouco gozam de qualquer incentivo para sua participação. Cada membro (a maioria servidores públicos e/ou trabalhadores da saúde), negociam em seus respectivos locais de trabalho a liberação para participar do Comitê, de forma informal. Além disso, as deliberações e encaminhamentos do Comitê Municipal não possuem respaldo legal, tendo apenas um caráter de orientação técnica sobre a temática, condiciona ao aceite e ao próprio interesse do gestor público sobre o uso ou divulgação destas orientações.

A falta de institucionalidade deste espaço cria, em seus participantes, certa insegurança quanto a intensidade de suas ações e sobre a capacidade de representação de suas ideias sobre o fenômeno do suicídio e formas de prevenção. Em suma, por não ser um espaço institucional, os membros do Comitê respondem pessoalmente e individualmente por suas ações, o que

resulta no constrangimento frente as questões mais controversas ou polêmicas envolvendo a construção de uma política de prevenção ao suicídio no território.

É neste contexto que a institucionalidade se coloca como Repertório de Ação, pois, a busca pela formalização deste espaço fez com que os membros do Comitê Municipal profissionalizassem sua atuação e buscassem novos aliados para sua ação coletiva, mesmo sem manter vinculação com o Poder Público. Além disso, ao buscar a institucionalização, os sujeitos buscaram também o apoio da comunidade, dos trabalhadores e movimentos sociais, através das campanhas e ações de prevenção ao suicídio.

Ademais, a busca pela institucionalidade trouxe consigo a materialização das conquistas do Comitê Municipal e permitiu que seus membros agissem com maior autonomia e sem o risco de serem prejudicados devido a seus posicionamentos profissionais e políticos. Em suma, a reivindicação da institucionalização do Comitê como um espaço representativo dentro da burocracia do Estado, criou as oportunidades políticas necessárias para que a problemática do suicídio fosse incluída nas agendas de políticas públicas do município.

#### 4.2 A campanha “setembro amarelo” e suas oportunidades políticas

Por fim, destaca-se o principal e talvez mais importante Repertório utilizado pelos sujeitos que compõe o CMPS — a campanha “Setembro Amarelo”. Esta campanha, trazida ao Brasil pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e Conselho Federal de Medicina (CFM), em parceria com o Centro de Valorização da Vida (CVV), é a maior e mais significativa expressão da prevenção ao suicídio no território, tanto na escala local, como regional, estadual e nacional. O “Setembro Amarelo” visa estabelecer um diálogo aberto com a sociedade sobre as estratégias hegemônicas de prevenção ao suicídio e fornecer subsídios teóricos e práticos para intervenção nesta problemática. No Brasil, esta campanha reaparece anualmente, sendo comum a sua publicização em jornais, rádios, programas e propagandas televisivas, mídias digitais e eventos, como Seminários, Simpósios etc. A disseminação da campanha cresce a cada ano e já está presente em todos os estados e em centenas de municípios (OMS, 2018).

Em Santa Cruz do Sul, a primeira campanha de ampla divulgação sobre a prevenção ao suicídio foi baseada no “Setembro Amarelo” e realizada em 2015. Na época, os sujeitos envolvidos com a construção do Comitê Municipal utilizaram desta campanha para aglutinar aliados e promover a criação de uma política municipal de prevenção ao suicídio. Desde então, a campanha “Setembro Amarelo” vem sendo utilizada pelos membros do Comitê como um

Repertório de Ação para mobilizar a sociedade e o Poder Público sobre a necessidade de criação de uma política pública, além de contribuir para a desmistificação do tema na comunidade local.

Ademais, é durante o mês de setembro que se concentram a maioria das atividades de conscientização do CMPS, bem como das instituições parceiras e de seus membros. Devido a abertura para discussão do tema no referido mês e a quantidade de eventos alusivos ao “Setembro Amarelo” realizados no município, os membros do Comitê organizam uma agenda de atividades que permita a divulgação de informações pertinentes à prevenção ao suicídio, ao tempo em que divulgam o trabalho do CMPS. E devido a visibilidade criada pela campanha, o debate sobre prevenção ao suicídio vem alcançando novos espaços de diálogo, como: jornais, rádios, mídias digitais e na própria produção científica sobre o tema.

Contudo, a campanha “Setembro Amarelo” não é suficiente para transformar esta abertura de diálogo sobre o tema na sociedade em intervenção do Estado, tampouco implementação de uma política pública. Apesar do esforço dos membros do Comitê Municipal e seus aliados na construção de uma agenda política sobre a prevenção ao suicídio, as determinações do território impõem ameaças que extrapolam os recursos e capacidades de intervenção dos sujeitos, exigindo que novos Repertório de Ação sejam utilizados.

## **5 Considerações finais**

Este trabalho se propôs a discutir como as oportunidades e ameaças políticas implicadas numa dinâmica de construção de políticas públicas repercutem nos Repertórios de Ação dos sujeitos que atuam na construção das políticas de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul/RS. Utilizou-se uma metodologia materialista e histórica, sustentada pela análise crítica de entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e revisão bibliográfica do tema, que permitiram extrair determinações que remontam à criação do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio e suas contribuições para o avanço da pauta sobre prevenção ao suicídio nas agendas de governo do território.

Os dados epidemiológicos apresentados sobre o fenômeno do suicídio no município e região do Vale do Rio Pardo, evidenciam índices de suicídio superiores à média estadual e nacional nos últimos 20 anos. As altas taxas de suicídio são registradas também em municípios vizinhos de Santa Cruz do Sul, o que faz com que a Região do Vale do Rio Pardo possua a maior taxa de mortalidade por lesão autoprovocada do Rio Grande do Sul. Ao apresentar os dados que sustentam esta afirmação, argumentou-se sobre como o suicídio se tornou um problema público

do território analisado, o que justifica a criação de uma política de prevenção ao suicídio. No entanto, não há, até hoje, uma política pública municipal que encare a prevenção ao suicídio como uma tarefa governamental, deixando este trabalho a cargo de ONG's, Sindicatos, Movimentos Sociais e dos membros do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio.

Por fim, apresentou-se breves considerações sobre o conceito de Repertório de Ação Coletiva, ressaltando a relevância da análise sobre os confrontos políticos para identificação de ameaças e oportunidades políticas, bem como dos Repertórios disponíveis pelos sujeitos. Neste sentido, destacou-se dois importantes Repertórios de Ação utilizados no processo de construção de uma política de prevenção ao suicídio em Santa Cruz do Sul: a **institucionalidade do CMPS** e a **campanha “Setembro Amarelo”**. A busca pela institucionalidade do CMPS visa respaldar as ações preventivas promovidas por seus membros, ao tempo em que conquista novos aliados e cria uma referência tanto política quanto técnica sobre a temática do suicídio no município. Entretanto, a institucionalidade enfrenta ameaças importantes, como a falta de interesse político dos governos em oficializar a criação do CMPS; e a correlação de forças entre o Poder Público municipal e as empresas transnacionais do tabaco presentes no território. Já em relação a mobilização da sociedade através da campanha “Setembro Amarelo”, entende-se que este Repertório de Ação é capaz de construir oportunidades políticas para construção da política de prevenção ao suicídio em Santa Cruz do Sul.

No entanto, ambos os Repertórios de Ação destacados neste trabalho possuem origens contraditórias — o primeiro por sua relação histórica com os movimentos ligados à construção da Política Nacional de Saúde Mental; e o segundo por sua vinculação com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Ambos reafirmam uma visão reducionista sobre o fenômeno do suicídio, projetando-o como um problema exclusivo das ciências ligadas à saúde mental, o que limita a participação de outras ciências na elaboração de estratégias alternativas para a prevenção ao suicídio. Cabe aos sujeitos envolvidos neste processo enfrentar esta contradição e utilizar estes Repertórios criticamente, adaptando sua ação coletiva ao contexto do confronto político.

## Referências

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. **Relatório de Gestão 2003-2006**. Ministério da Saúde: Brasília, DF, janeiro de 2007, 85p.

BRASIL. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio**, Brasília, 14 ago. 2006.

CEVS/RS. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Rio Grande do Sul. Boletim de Vigilância do Suicídio e Tentativa de Suicídio. **Bol. Vig. Suicídio**. v. 1. n. 1. set. 2018. Disponível em: <<https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/05162957-boletim-de-vigilancia-epidemiologica-de-suicidio-n1-2018.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CONTE, Marta., MENEGHEL, Stela N., TRINDADE, Aline G., CECCON, Roger F., HESLER, Lilian Z., CRUZ, Claudia W., SOARES, Regina., PEREIRA, Sanderlei., JESUS, Irani. Programa de Prevenção ao Suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil. Rio de Janeiro: **Ciênc. saúde coletiva**, v.17, n. 8, 2012.

DATASUS – Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade**. 2020. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DIANIN, Irene Maria Brzezinski. **Suicídio: políticas e ações de enfrentamento a partir da política nacional de saúde pública (2006), no Vale do Rio Pardo**. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). UNISC; Santa Cruz do Sul, 2015.

GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul adere à iniciativa Setembro Amarelo. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, p. 1, 10 set. 2015. Disponível em: <[http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2015/09/10/57088\\_santa\\_cruz\\_do\\_sul\\_adere\\_a\\_iniciativa\\_setembro\\_amarelo.html.php](http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2015/09/10/57088_santa_cruz_do_sul_adere_a_iniciativa_setembro_amarelo.html.php)>. Acesso em: 28 fev. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. São Paulo: **Lua Nova**, p.11-48, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE). Secretaria Estadual de Saúde (SES). **Regiões de Saúde do Rio Grande do Sul**. 2020. Disponível em: <<https://iede.rs.gov.br/portal/home/>>. Acesso em 25 fev. 2021.

STAVIZKI JUNIOR, Carlos. **Repertórios de ação coletiva e políticas públicas: uma análise a partir da construção da Política de Prevenção ao Suicídio no município de Santa Cruz do Sul (RS)**. 2021. 249 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3080>>. Acessado em: 25 mar. 2021.

STAVIZKI JUNIOR, Carlos; CADONÁ, Marco André. Políticas públicas de prevenção ao suicídio: os processos políticos e sociais necessários para sua implementação. **Con. Soc. Des. Territ. (CSDT)**, v. 5, n. 6, jul./dez. 2019.

TARROW, Sidney. The new transnational activism. Cambridge: **Cambridge University Press**; 2005.

TILLY, Charles. As sociology meets history. Nova York: **Academic Press**, 1981.

TILLY, Charles. Astonishing Switzerland. **Swiss Political Science Review**, v. 15, n. 2, p. 321-331, 2009.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Boston: **Wesley Publishing Co.**, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.